

ACTAS DO I ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO



CATÓLICA
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | PORTO
Escola das Artes



FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

FICHA TÉCNICA

Editor:

Gonçalo Vasconcelos e Sousa - CITAR/UCP

Eduarda Vieira - CITAR/UCP

Coordenação:

Eduarda Vieira - CITAR/UCP

Comité Editorial

Ana Calvo - CITAR/UCP

Carolina Barata - CITAR/UCP

Eduarda Vieira - CITAR/UCP

Laura Castro - CITAR/UCP

Design Editorial

Mafalda Barbosa

Administração de site

Madalena Paiva Brandão

Conservar o património construído. Critérios, metodologias e desafios profissionais

Eduarda Vieira

Resumo

O sector da conservação do património arquitectónico registou uma expansão apreciável e constante, desde meados da década de 90 do século XX até á actualidade. A conservação arquitectónica implica, na maioria dos casos, que se considerem tanto os aspectos estruturais como os programas decorativos aplicados a interiores e exteriores, envolvendo equipas interdisciplinares de profissionais. Pretendemos analisar os critérios e as metodologias de intervenção, com base em alguns casos de estudo seleccionados, e apontar alguns dos problemas mais importantes que constituem desafios para os profissionais da conservação e restauro.

Palavras-Chave: Conservação, Arquitectura, Decoração, Restauro, Ética, GECORPA

Abstract

The architectural heritage conservation sector registered a constant and appreciable development in Portugal, since the nineties of the XXth century until the present moment. Preserving historic buildings involves, frequently, the conservation of both aspects, structure and inner and exterior decorative programs, task that requires multidisciplinary teams. This paper aims to analyze criteria and methodologies of intervention based on several selected case studies and point the most important problems and profesional challenges to the future for conservators- restorers.

Keywords: Conservation, Architecture, Decoration, Restauration, Ethics, GECORPA

Introdução

A conservação do património construído e a reabilitação registaram um grande desenvolvimento em Portugal ao longo das últimas duas décadas, sobretudo desde 1986, ano em que o país integrou a Comunidade Europeia. Essa integração proporcionou o acesso a financiamentos de fundos estruturais que marcaram um segundo momento (o primeiro ocorreu durante o período de vigência da DGMEN, entre 1929 -1960 assinalado pela busca da unidade de estilo e pela opção do restauro dos monumentos medievais), de intervenção mais ou menos sistemática no património construído.

Lentamente se foi construindo uma cultura de valorização patrimonial na sociedade portuguesa que teve como resultados práticos: a participação do país em reuniões internacionais através das quais se tornou membro signatário das mais importantes convenções e cartas de salvaguarda e conservação em diversos domínios específicos; a criação de organismos da tutela exclusivamente dedicados à missão de conservar o património cultural (IPPAR, IPM; IPA; IPCR; IGESPAR; IMC e direcções regionais de cultura, entre outros); a elevação de vários centros históricos à categoria de Património da Humanidade bem como de conjuntos e sítios arqueológicos (Vale do Coa/Douro Paisagem Protegida); o alargamento do conceito de património (material/imaterial, mas ainda não traduzido nas tipologias de classificação); a expansão do sector da formação superior e profissional nos domínios da conservação, do restauro e da reabilitação; a criação de associações profissionais destinadas a consolidar práticas e deontologias de que é exemplo a A.R.P. (Associação dos Conservadores Restauradores de Portugal); a expansão da reabilitação urbana que se iniciou com a experiência pioneira dos Gabinetes Técnicos Locais (GTLS) do Porto, Guimarães e Lisboa (reabilitação do Bairro Alto); o crescimento do mercado e da área empresarial, ao ponto de se ter justificado a criação de um grémio associativo do sector, o GECORPA. Paralelamente, procurou-se que a legislação fosse acompanhando esta evolução do sector cultural, inicialmente com a Lei de Bases do Património Cultural nº13/85, nunca regulamentada e posteriormente revogada pela Lei nº107/2001, que viria a ser reforçada pela publicação do Decreto-Lei nº 309/2009, com o qual o Estado português assumiu com clareza a tarefa de protecção do património arquitectónico, através do IGESPAR, estabelecendo-se o regime de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, o regime das zonas de protecção e planos de pormenor de salvaguarda. Já mais recentemente, o crescimento do mercado da conservação e restauro e do número de intervenções nesta área,

viria a justificar a publicação do Decreto- Lei nº 140/2009, que veio instituir o regime jurídico dos estudos, projectos, relatórios, obras ou intervenções em património classificado, ou em vias de classificação de interesse nacional, público ou municipal.

Teoria da Conservação. Enquadramento na realidade portuguesa

Os finais da década de noventa do século passado registaram um conjunto de intervenções de conservação do património arquitectónico classificado, assentes em princípios e métodos inovadores, fruto das preocupações de um escol de profissionais que pretenderam, desse modo, lançar as bases de uma nova filosofia de actuação. ¹Assim, são de salientar como modelares as intervenções na Torre de Belém (1994-1998) e nos claustros do mosteiro dos Jerónimos (2000) que representam o momento de arranque para uma nova fase de actuação sobre o património cultural (DELGADO: 2011). Todas estas intervenções foram antecedidas por outras intervenções menores, embora não em qualidade, realizadas por conservadores-restauradores formados em Itália e tendo por dono de obra a Câmara Municipal de Lisboa. Referimo-nos, evidentemente, às obras de conservação do Chafariz do Rato e do conjunto escultórico do Marquês de Pombal, que se pautaram ambas por processos e metodologias nunca antes utilizados no país, nos domínios do restauro de arte pública em suporte de pedra e metal. No caso da Torre de Belém e dos Jerónimos, o facto de se tratarem de monumentos nacionais classificados, em muito mau estado de conservação, mas com grande valor artístico, histórico e simbólico determinou o recurso a ajudas financeiras internacionais que funcionariam como parceiros do Estado português em tão dispendiosa tarefa. A World Monuments Fund, associação privada sem fins

¹ Cite-se a este propósito a criação da Sociedade para a Preservação do Património Construído- S.P.P.C., em 1995, inspirada no modelo da britânica S.P.A.B. e que reuniu alguns dos mais qualificados profissionais na área da conservação arquitectónica, oriundos do LNEC, do Instituto Superior Técnico e Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico- U.Évora, entre outros e que a autora deste artigo integrou. Esta sociedade foi a pioneira na realização de um conjunto de conferências especializadas e na publicação de um conjunto de cadernos, o primeiro deles dedicado aos Textos Fundamentais (Cartas de Veneza, Florença, Washington, Lausanne, Villa Vigoni, Declaração de Segeste e princípios da SPPC), dando conta das convenções internacionais às quais aderíamos. Apesar de já extinta, a S.P.P.C. reuniu muitos dos antigos alunos do Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, da Universidade de Évora, e cujas diversas edições vieram formar muitos dos profissionais que difundiram a prática da conservação arquitectónica já nos primeiros anos do actual século. Da Universidade de Évora saíram ainda os primeiros doutorados do país em conservação arquitectónica, alguns dos quais responsáveis pela implementação da investigação e estudo das temáticas específicas desta área e que contam actualmente com grande representatividade internacional através de diversos grupos de investigação temática, e de que citamos a título de exemplo o dos revestimentos (argamassas e azulejaria).

lucrativos disponibilizou-se, iniciando assim uma colaboração que daria frutos proveitosos, tendo-se conseguido também a colaboração de diversos mecenas e empresas nacionais. A exigência técnica dos trabalhos a efectuar impôs a necessidade de formação de equipas multidisciplinares e a implementação de modelos de gestão de obra, até aí desconhecidos no panorama nacional.

Inaugurava-se, deste modo, um novo modelo de intervenção assente numa rigorosa investigação científica que se destinava a apoiar a fase preliminar do diagnóstico de anomalias, a caracterização de materiais, a preparação das intervenções e estimativa de custos/prazos, bem como a ulterior fase de restauro propriamente dita. A nova metodologia (já em curso noutros países europeus), valorizava todo o processo e não apenas o resultado final, e serviu de modelo a outros trabalhos de conservação implementados também em monumentos classificados, tais como as Sés de Évora e Porto, a Porta Especiosa da Sé Velha de Coimbra, entre outros, tendo contribuído para modificar as práticas profissionais tanto ao nível da elaboração dos cadernos de encargos (por parte do IPPAR) que se tornaram mais exigentes, como ao nível do sector empresarial da conservação que, paulatinamente, começou a sentir a necessidade de especialização e qualificação.

Nesta conjuntura favorável à consolidação de boas práticas na área da conservação do património, assimilavam-se lentamente os princípios éticos e técnicos da carta de Cracóvia (2000), que integrando todos os princípios da carta de Veneza (1964), visava directamente a conservação e restauro do património construído. A carta de Cracóvia para além de alargar o conceito de património, ao realçar a importância dos patrimónios: arquitectónico, urbano e paisagístico como expressões materiais associadas à história e a contextos socioculturais concretos que lhe são inerentes, clarifica que a sua conservação pode ser efectuada à luz de vários tipos de operações: de controlo ambiental, manutenção, reparação, renovação e reabilitação, definindo os níveis de intervenção para cada uma delas (Carta de Cracóvia, Objectivos e Métodos Art. 1 a 4). Um dos aspectos de maior pertinência deste documento reside, em nossa opinião, na definição do conceito de “projecto de restauro”, conceito ainda pouco apreendido e decodificado, à data, pela grande maioria dos profissionais do ramo (arquitectos, técnicos superiores do IPAAR, engenheiros e até conservadores-restauradores), cabendo ressaltar o pioneirismo de José Aguiar que, já em 1999² (AGUIAR, 2002),

2 AGUIAR, José – *Estudos cromáticos nas Intervenções de Conservação em Centros Históricos. Bases para a sua aplicação à realidade portuguesa*, tese de doutoramento apresentada à Universidade de Évora, 1999 (texto policopiado).

o abordara e debatera, apontando-o como método a aplicar à conservação do património construído.

Por seu lado, os conservadores-restauradores qualificados eram ainda poucos, na sua maior parte com formações realizadas no exterior, destacando-se os técnicos que haviam frequentado o curso do Instituto José de Figueiredo (inícios da década de 80), e mais tarde, todos os formados pela Escola Superior de Conservação e Restauro de Lisboa (1989), posteriormente transferida para a Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa. Por esta mesma altura, iniciaram-se igualmente cursos regulares no IPT e só em 2003, a Universidade Católica do Porto daria início ao seu projecto formativo. A definição de metodologias, a consciencialização dos problemas da conservação e a modernização e reciclagem de conhecimentos era, assim debatida, no seio de um grupo de profissionais reduzido, que se dedicava essencialmente à intervenção de património móvel, e mais raras vezes, de património integrado. O próprio conceito de património integrado só viria a ser realçado por Vítor Serrão (SERRÃO, 2001), anos mais tarde, já após a viragem do século. Apesar do avanço registado ao nível da oferta formativa sistemática de nível superior no início do século XXI, tal facto não se reflectiu com a rapidez necessária no incremento da qualidade das intervenções, na especialização e qualificação de empresas, e sobretudo no crescimento de uma massa crítica de conservadores-restauradores. Cabe recordar, que, também neste domínio, o Estado não desempenhou o papel a que se propusera com a criação do Instituto Português de Conservação e Restauro (IPCR) em Janeiro de 2000, e que teria a missão, entre outras, certificar cursos e empresas. O IPCR viria a ser extinto³ sem que a sua lei orgânica fosse alvo de regulamentação. Ressalva-se, no entanto, a publicação do Decreto-Lei 55/2001 de 15 de Fevereiro, diploma que teve o mérito de introduzir a definição das competências funcionais das carreiras da conservação no âmbito dos museus. Apesar de todas estas vicissitudes, ao longo da sua curta história, a equipa directiva do IPCR dinamizou a conservação e restauro do património móvel e a investigação aplicada. Paralelamente, assumiu também a tarefa de defender a profissão de conservador-restaurador difundido as cartas e demais documentos normativos, participando em reuniões internacionais estratégicas para o sector (Carta de Vantaa em 2000), propagando as directrizes da European Confederation of Conservators and Restorers (ECCO) e editando os

3 O Decreto –Lei nº 215/2006 de 27 de Outubro estabeleceu uma nova lei orgânica para o Ministério da Cultura, extinguindo o IPPAR, o IPCR, o IPM e a Rede Portuguesa de Museus, criando o IMC que fundiu as áreas dos Museus e Conservação.

conhecidos Cadernos de Conservação e Restauro, veículos difusores da aplicação dos princípios deontológicos e éticos da conservação do património móvel nacional.

Nos domínios da arquitectura e da engenharia civil a teoria da conservação e a sua aplicação à recuperação do património edificado histórico e à reabilitação foi divulgada, sobretudo graças aos esforços de alguns investigadores oriundos dos quadros do LNEC, destacando-se contributos como os de Fernando Henriques, Delgado Rodrigues, José Aguiar, Rosário Veiga, João Manuel Mimoso, João Appleton⁴, o de Luís Aires de Barros, do I.S.T. Os trabalhos destes investigadores deram a conhecer os problemas de conservação do património construído português, em especial nos domínios da pedra, dos revestimentos tradicionais (argamassa e cerâmicos), tecnologias de construção tradicional, problemas da cor e sua função na arquitectura (contribuindo para uma nova apreensão da arquitectura histórica, mas também da nova ou reabilitada), bem como das técnicas aplicáveis à resolução de problemas estruturais. De entre as questões que consideramos fundamentais, despoletadas pela actividade deste grupo de investigadores, destacamos: a defesa pelo aumento de quadros profissionais qualificados para a conservação e reabilitação, e que teve como consequência o crescimento da oferta formativa a nível de mestrados, pós-graduações e cursos técnicos e tecnológicos; a defesa da reapropriação das técnicas tradicionais como método de suporte à preparação das intervenções de conservação e restauro, e que foi responsável pela orientação de muitos profissionais das áreas do património edificado para a investigação⁵, que originou a constituição de grupos de trabalho dedicados a temáticas específicas.

O interesse pela pesquisa das técnicas tradicionais relaciona-se intimamente com os conceitos de teoria de projecto (AGUIAR, 2002) e projecto de restauro, e contribuiu para o crescimento exponencial da informação sobre o património cultural português e a renovação de metodologias de intervenção e de diagnóstico.

4 Fernando Henriques publicou um dos primeiros textos sobre teoria da conservação em português.

HENRIQUES, Fernando M.A. – *A Conservação do património Histórico Edificado*, Lisboa, LNEC, 1991.

5 É de salientar o razoável número de dissertações de mestrado que foram realizadas entre finais da década de 90 e a actualidade, dedicadas às mais diversas áreas das tecnologias tradicionais, quer construtivas, quer decorativas. Muitos investigadores avançaram já para o nível de doutoramento, o que contribuiu para uma modificação substancial do panorama na área das ciências do património e da sua conservação. Não será forçoso reforçar a que se criou, assim, uma dinâmica que possibilitou a autonomização do sector do património cultural no campo da investigação científica.

A prática da Conservação/Reabilitação do Edificado Histórico. Análise de casos de estudo seleccionados

É hoje inquestionável o crescimento da actividade económica na área da conservação e restauro, com desdobramentos em áreas funcionais e especialidades por categorias de materiais e técnicas de produção de bens culturais (ANTUNES, 2010:53). É igualmente demonstrável que a actualização de conhecimentos é mais rápida, tal como a partilha de experiências, o que facilita o acesso tanto às teorias mais tradicionais como às mais modernas tendências na área da conservação. O mundo profissional da conservação e da reabilitação (incluimos os arquitectos, naturalmente) português, está actualmente mais familiarizado com os principais teóricos da conservação, conhecendo autores como Boito, Giovannoni, Brandi, Choay, Viñas e estando a par das resoluções de Nara e dos “últimos gritos” em matéria de reabilitação, restauro ou polémicas relacionadas. A informação está ao alcance de um click dependendo apenas da destreza do utilizador para navegar na web. Contudo, em que medida isso se reflecte na *praxis* da conservação?

Uma breve análise sobre alguns trabalhos mais ou menos recentes nesta matéria, permitirá perceber o percurso realizado, o ritmo a que se deu a evolução da *praxis* e equacionar problemas pendentes por forma apontar directrizes para o futuro.

Palácio do Freixo (Porto)

Edifício barroco, imponente e de grande destaque no quadro do património local e regional, esteve votado ao abandono durante várias décadas (desde 1910, data da sua classificação como monumento nacional), tendo chegado a um avançado estado de ruína. Destacam-se quatro fases de ocupação do imóvel: a 1ª) edificação cerca de 1750 por D. Jerónimo de Távora e Noronha que aí instalou residência; a 2ª) aquisição pelo visconde Afonso Velado por volta de 1850, o famoso Barão do Freixo, brasileiro “de torna viagem” enriquecido e convertido em industrial de sabões (fase de grandes alterações no imóvel); a 3ª) nova aquisição pelo alemão Gustavo Petres que aí instalou uma destilaria de cereais, destruída num incêndio; a 4ª) em meados da década de 50 (séc. XIX) aquisição pela Companhia de Moagens Harmonia, responsável pela construção da fábrica das Moagens Harmonia, ainda hoje existente, a escassos metros do palácio e a 5ª) venda ao Estado e cedência à Câmara Municipal do Porto (1986) para instalação sede da Área Metropolitana (A.A.V.V., 2006)

Com projecto de restauro da autoria de Fernando Távora e seu filho Bernardo, descendentes dos primeiros proprietários, o imóvel foi intervencionado (consolidação, drenagem e restauro) ao abrigo do programa *Metropolis*, entre 2000 e 2003, no que constituiu um dos “restaus da década”, em nossa opinião, pela envergadura que à data a obra representou, mas também pelas questões teóricas que o programa de restauro, à partida colocaria. “Trata-se de uma recuperação patrimonial que pelas polémicas associadas e pela dimensão do trabalho fará parte da história da conservação do património nacional. Os trabalhos de recuperação arrancaram sem que houvesse, por parte do dono da obra, uma ideia clara do fim a que o edifício se destinava, o que, obviamente condicionou a equipa projectista. Fernando Távora, optou então, por considerar que do ponto de vista espacial o edifício deveria ficar adaptado, para a instalação de serviços administrativos, o que explica a compartimentação aplicada. De acordo com a memória descritiva, e citando Miguel Figueiredo (A.A.V.V., 2006) o projecto de restauro decorreu por diversas fases, sem que alguma delas colocasse em causa a autenticidade do conjunto, atacando-se primeiro os problemas estruturais, efectuando-se a drenagem e só por último, se definissem as metodologias e se formassem as equipas de restauro. De acordo com os projectistas, a arquitectura foi determinante no projecto de restauro, tendo-se encontrado soluções de integração dos elementos pré-existentes em situações projectuais e estruturais novas, assumindo-se o completamento de lacunas, particularmente graves neste caso, dado o estado de ruína atingido. A ideia era à partida boa, pois visava evitar “ruídos” na percepção do espectador ao captar o programa decorativo original. Uma análise intrínseca dos espaços restaurados leva-nos a considerar que se poderá ter perdido uma oportunidade de realizar, com este imóvel, um trabalho de verdadeira teoria de projecto na acepção brandiana, pois não acreditamos que certas condicionantes possam ter sido ultrapassadas, ou trabalhadas em conjunto entre projectistas, empresa executora e equipas técnicas. De entre alguns dos aspectos que consideramos menos positivos destacamos: uma excessiva

6 Cabe referir que o projecto que Fernando Távora levou a cabo resultou já de uma alteração imposta pela Câmara Municipal do Porto, decorrente da polémica que o projecto inicial gerou e que previa a desmontagem do edifício das Moagens e sua posterior remontagem. Face a isto, corria o ano de 1997, a Associação Portuguesa para o Património Industrial (APPI) organizou um debate público, em Janeiro de 1998, que envolveu diversas personalidades da cidade (desde historiadores a arquitectos), a FAUP, muitos estudantes de património, e o *staff* político que integrava o executivo camarário à época, tendo daí resultado a ideia de manutenção do edifício das moagens, que à data albergava algumas colecções do futuro museu da Indústria da cidade. O edifício tinha projecto de reabilitação para alojar o futuro museu e a sua manutenção foi decidida com base no valor histórico e de autenticidade, face ao fim social em vista. Vicissitudes várias determinaram que tal não se viesse a cumprir.

redecoração dos espaços como resposta ao problema das lacunas, que só foram assumidas pontualmente (em tectos de compartimentos menores); a alteração da divisão espacial inicial que não se coadunou com as decorações existentes, o que é particularmente evidente nos tectos estucados e em certos conjuntos pictóricos; a hipervalorização da arquitectura em detrimento dos programas decorativos. Esta foi, sem dúvida, uma das obras onde os restauradores não tiveram uma palavra a dizer nas opções de fundo, à excepção da conservação das pinturas murais de Nasoni, descobertas no decorrer dos trabalhos.

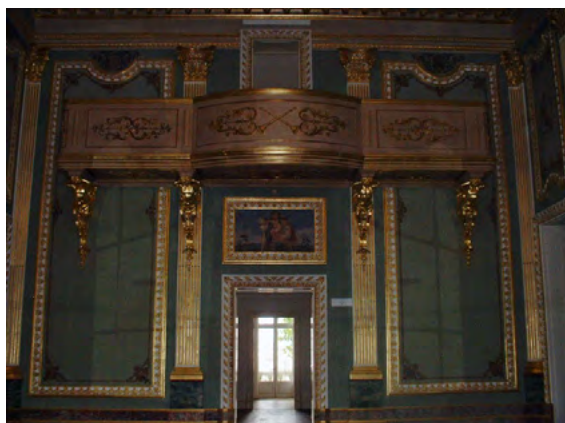


Figura 1- Interior redecorado após restauro.

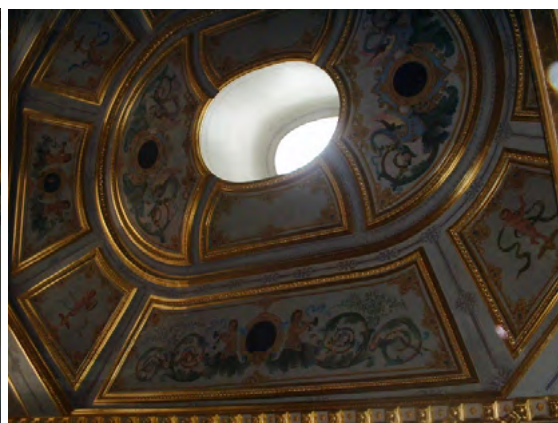


Figura 2- Tecto com pintura a óleo e estuques dourados.



Figura 3 – Pinturas murais de Nasoni conservadas após a descoberta.

Se o projecto nasceu sem programa definido, num tempo em que tal já não se justificava, a experiência e conhecimento de Fernando Távora - uns dos arquitectos portugueses mais informados sobre princípios teóricos da conservação praticados na Europa – deveriam ter sido soberanos, face à incapacidade dos políticos em compreender a necessidade de se definir um programa de uso do

espaço na fase pós restauro. Ramalho Ortigão já em 1896 defendia que não se deveriam empreender restauros sem que o fim social dos mesmos estivesse assegurado (ORTIGÃO, Ramalho 1896). A ausência de programa pós restauro transformou-se num factor de degradação do próprio restauro, uma vez que o escasso uso do edifício acarretou uma manutenção constante dos programas decorativos, já que a falta de ventilação provocaria humidades de condensação e de capilaridade, responsáveis pela destruição de estuques, pinturas e outros revestimentos, com os consequentes desgastes para o imóvel e desperdício financeiro. Alguns anos mais tarde, o imóvel entraria noutra fase da sua história. A Câmara Municipal cedeu-o à ENATUR, que, por sua vez, viria a vender ao Grupo Pestana os direitos de exploração, que por seu turno ali instalou a maior pousada portuguesa – a Pousada do Porto- investindo cerca de onze milhões de euros, que incluíram a recuperação do antigo edifício das Moagens Harmonia (2009), adaptado para albergar um restaurante de luxo e um centro de eventos. A falência do projecto do Museu da Ciência e Indústria acabou, assim, por conduzir a esta solução considerada como a derradeira, após um doloroso arrastamento da questão por parte dos diversos executivos camarários e da Associação Promotora do Museu da Ciência e Indústria do Porto.

Feito o balanço deste processo, o Porto perdeu a possibilidade de ter um Museu da Ciência e Indústria num edifício com autenticidade para o ser, baseado num projecto de reabilitação que respeitava a pré-existência e fora pensado de acordo com uma ética de teoria de projecto, cumprindo o programa museológico previamente pensado (CORDEIRO, J.Lopes *et alli*, 1997). Por outro lado, a instalação da pousada no antigo Palácio, foi a solução encontrada de acordo com a lógica de mercado, que resulta impositiva do ponto de vista da reabilitação, uma vez que não decorre de um projecto de raiz. O palácio acabou por ser alvo de duas campanhas de restauro/renovação, perfeitamente evitáveis se todo o processo tivesse sido devidamente planificado desde o início, equivalendo toda esta situação a um fracasso das políticas públicas de preservação do património, já que o município se desresponsabilizou quer da criação do museu, quer da manutenção do conjunto para usufruto como monumento nacional, com a agravante de ter sido necessário o investimento privado para salvar o edifício das Moagens, que resta como invólucro/contentor de novas actividades, sem articulação com a memória industrial que o poderia contextualizar.



Figura 4 - Pormenor de efflorescências salinas após o restauro por falta de ventilação do edifício.



Figura 5 – Testes de argamassas com maior permeabilidade ao vapor de água para resolução de anomalias de revestimentos.



Figura 6 - Um dos casos pontuais onde foram assumidas as lacunas.



Figura 7 - Espaço social da Pousada do Porto. (Fonte: Pousadas de Portugal).



Figura 8 – Restaurante instalado no edifício das Moagens Harmonia. (Fonte: Pousadas de Portugal).



Figura 9 - Espaço das Moagens adaptado a Centro de Eventos. Fonte: Pousadas de Portugal).



Figura 10 – Antigo cais fluvial do palácio transformado. (Fonte:Pousadas de Portugal)

Palácio de Estói (Faro)

Edifício considerado um pastiche rococó, cheio de revivalismos típicos da época, viu a sua construção iniciar-se em 1840, muito embora Francisco Lameira defenda um recuo de datas para 1782-83 (FERNANDES, José M, *et alli*, 2005), por iniciativa de Fernando Carvalhal de Vasconcelos. A morte deste determinou o fim do projecto de edificação, que veio a ser retomado em 1909 por José Francisco da Silva, o segundo proprietário considerado um empreendedor, facto que originou a atribuição do título de visconde de Estói pelo rei D. Carlos, que assistiu à inauguração do imóvel. Os trabalhos de decoração interior e exterior estiveram a cargo do conhecido estucador Domingos da Silva Meira, originário de Afife e o profissional com maior projecção no mercado, à data. O palácio evidencia um rico repositório de artes decorativas aplicadas, exibindo complexos conjuntos de estuques e pinturas. A sua decoração foi pensada com vista à exploração de efeitos cénicos em articulação com a envolvente. No exterior encontramos estátuas da autoria de António Canova “As Três Graças”, importadas de Itália, bem como uma certa exuberância decorativa materializada em múltiplos motivos decorativos em argamassas, pintura e azulejaria. A estatuária domina em todos os espaços. A unidade de estilo é-lhe ainda conferida pelo jardim de palmeiras e laranjeiras, que reforçam o eclectismo patente.



Figura 11- Sala transformada em espaço social da actual Pousada de Faro.



Figura 12 – Espaço social da Pousada de Faro onde se vêem as decorações em estuque de Domingos Meira.

O imóvel, vizinho da estação arqueológica romana de Milreu, manteve-se na família de José Francisco da Silva (falecido em 1926 sem herdeiros directos) até 1987, data em que foi vendido à Câmara Municipal de Faro. Recebeu a classificação de Imóvel de Interesse Público em 1977. Passou por uma longa fase de

abandono desde a morte do visconde de Estói até à aquisição pelo município, tendo a primeira campanha de restauro decorrido em 1993, sob a alçada da extinta D.G.M.E.N. Posteriormente passou para a propriedade da ENATUR, que decidiu adaptá-lo (2007-2008) para a instalação da Pousada de Faro, assinando para tal um protocolo com o arquitecto Gonçalo Byrne, autor do projecto de recuperação. A adaptação do imóvel a pousada com projecto de raiz, representa outro modelo de actuação distinto do aplicado ao Palácio do Freixo, possibilitando enquadrar a pré-existência e o respeito dos valores estéticos da arquitectura e artes decorativas.



Figura 13 – Lavabo público da pousada.



Figura 14 – Casa do Presépio após restauro.
Pavilhão de chá da pousada.



Figura 15 - Vista exterior de parte do jardim de modelo francês da Pousada de Faro após a intervenção.

Pesem embora as alterações a introduzir em edifícios históricos decorrentes das exigências funcionais de uma pousada de cinco estrelas, o resultado final é, à partida, mais equilibrado no seu conjunto. Após a recuperação, ainda é possível usufruir em Estói os valores de memória, artístico e social, permitindo-nos afirmar que hóspedes e visitantes (do restaurante que funciona aberto ao público em geral), sentem o ambiente de uma casa rica do século XIX, com a vantagem de funcionar quase como um museu de artes decorativas arquitectónicas.

Da análise destes dois casos decorrem, naturalmente outras, questões pertinentes, uma das quais de grande relevância e que se relaciona com a transferência de património histórico público para a esfera privada, por falta de capacidade financeira do Estado em manter essas estruturas, o que representa sempre uma alienação do direito colectivo sobre o privado e uma cedência à lógica de mercado, que assim se vai impondo como solução de salvaguarda. Uma outra, não menos importante, reside nas soluções tipológicas encontradas para conferir novos usos ao edificado histórico. Temos hoje em Portugal um razoável número de pousadas históricas, sendo discutível se esse seria o único fim viável para os edifícios? Se por um lado é lícito equacionar até que ponto asseguraríamos a sustentabilidade dos edifícios históricos, se apenas lhes conferíssemos usos culturais, é igualmente correcto questionar a sustentabilidade de tantas unidades hoteleiras de luxo? Veja-se mais um exemplo recente deste tipo de filosofia na transformação do Intercontinental Palácio das Cardosas no Porto, transformado em hotel de charme, quando podia ter tido outra finalidade social. Tratando-se de um antigo banco e estando bem conservado, mas não apresentando os valores artísticos dos dois anteriores casos, apenas a sua localização privilegiada no centro da cidade explicará o interesse dos promotores imobiliários pela tipologia de recuperação aplicada, o "restauro fachadista" que travestizou o imóvel, redecorando-o e conferindo-lhe um certo cariz de pastiche contemporâneo, recorrendo em excesso a soluções decorativas que desvirtuam a autenticidade dos programas originais, transformando o mais recente em mais ou menos antigo, alterando os valores de memória (artística e técnica) do imóvel.

Igreja de S. Vicente de Fora (Lisboa)

Também conhecido por Mosteiro de S. Vicente de Fora, o imóvel de traça maneirista e barroca contou com o traço de diversos arquitectos famosos como Filipe Terzio (séc. XVI), Francisco da Silva (séc. XVII), João Nunes Tinoco (1641) e João Francisco Ludovice (1720) albergando um rico património

artístico (escultórico e pictórico) no seu interior. Aí trabalharam artistas como Claude Laprade e Vincenzo Baccarelli. Apesar da singeleza das suas linhas maneiristas estão presentes a azulejaria, os embrechados de pedra e, de modo menos exuberante, os estuques pintados, cujo conjunto mais importante datava do século XIX. Tanto a capela-mor como as capelas laterais se encontravam revestidas a marmoreados do tipo *stucco-lustro*, que se vulgarizaram desde meados de Oitocentos até às primeiras décadas do século XX. Foi classificado monumento nacional em 16 de Junho de 1910.

O mau estado de conservação dos estuques da capela-mor determinou o encerramento do imóvel entre Janeiro de 2008 e Agosto de 2011, registando-se frequentes destacamentos que colocavam em risco a segurança dos utentes. A obra de conservação do edifício foi entregue à responsabilidade do Patriarcado de Lisboa, por falta de capacidade financeira da Direcção Regional de Cultura e Vale do Tejo (DRCVT) para a executar. O objectivo prioritário do restauro, orçado em cerca de um milhão e meio de euros, era o de resolver os problemas de infiltração factor de degradação dos revestimentos. Contudo, as anomalias dos estuques da capela-mor deram lugar a uma operação integral de remoção dos estuques marmoreados de todas as capelas, incluindo as laterais, tendo o programa decorativo original sido destruído pela picagem de rebocos e pinturas⁷. A igreja viria a reabrir com as abóbadas já caiadas a branco. O restaurador Ricardo Lucas Branco, denunciou publicamente a situação, coadjuvado pela historiadora de arte Raquel Henriques da Silva. Gerada a polémica, a DRCVT, entidade que supervisionou os trabalhos, justificou a remoção dos estuques com base na falta de antiguidade dos mesmos, já que não eram coevos da edificação do imóvel, ou seja do século XVII. Ricardo Lucas Branco comprovou a que os mesmos teriam pelo menos um século através de registos fotográficos em suporte de gelatina e brometo de prata, situando-os entre 1880-1890 (BRANCO, Ricardo L., 2011). Perante as duras críticas que surgiram, tanto a DRCVT como o Patriarcado se desresponsabilizaram pelo sucedido. Para além da argumentação anedótica e incompreensível assumida pelos órgãos da tutela (DRCVT), incongruente face aos princípios normativos emanados das cartas internacionais de conservação, o ocorrido levanta outras questões relacionadas com a competência e ética profissional dos técnicos da DRCVT quanto à fiscalização e acompanhamento da obra. Os estuques haviam sofrido um restauro já no século XX, facto que não

7 HENRIQUES, Ana – Estuques pintados na Igreja de S. Vicente de Fora destruídos durante o restauro, In: *Público*, 15 de Fevereiro de 2011, p. 29

lhes retirava valor. Durante a obra não se realizaram sondagens ou inspecções para avaliar o real estado de conservação dos mesmos, e tudo indica que se decidiu, de modo leviano, avançar para a picagem integral da totalidade dos revestimentos quer da capela-mor quer das laterais, o que constitui uma destruição em nome de uma intervenção mais económica, argumento válido para Patriarcado de Lisboa que pagou a obra, ou de uma “repristinação”, argumento evocado pelo órgão da tutela, mas repudiado já desde a carta de Veneza. Para além da absoluta indiferença com que esta destruição foi tratada pelas partes envolvidas, não se conhece a documentação de suporte decorrente da intervenção, tudo levando a crer que se tratou de mais uma obra entregue à execução de pessoal não qualificado. Ora a crise económica que afecta todos os sectores da sociedade portuguesa, não pode servir de desculpa para a incúria por parte dos responsáveis, neste caso a DRCTV, uma vez que por força da desamortização de 1834 o Estado é o legal proprietário do imóvel, competindo-lhe a tarefa de supervisão e aconselhamento na sua conservação. Cabe igualmente referir, que por parte do Patriarcado deveria ter havido mais cuidado na busca de apoio técnico, tanto mais que Igreja Católica o poderia ter obtido através da Escola das Artes do Pólo Regional do Porto, onde, precisamente se lecciona uma disciplina de conservação e restauro de estuques⁸. Por fim, resta dizer que, mesmo após os trabalhos pioneiros de José Aguiar e seus discípulos, muito ainda há a fazer pela valorização dos revestimentos históricos.



Figura 16 - Abóbadas rebocadas a branco após a destruição dos estuques marmoreados do séc. XIX.

8 De que a signatária é regente. À data manifestamos a nossa solidariedade com esta denúncia, que chegou a instâncias superiores, sem qualquer resposta.

Igreja da Misericórdia de Viana do Castelo

A igreja da Misericórdia de Viana do Castelo constitui um exemplar barroco de grande valor artístico no quadro do património edificado nacional, e, em especial, no tocante às artes decorativas de aplicação arquitectónica. Projecto de Manuel Pinto de Vilalobos, foi concluída entre 1718 a 1721 e na sua decoração testemunhamos bons exemplares de talha dourada, pintura mural e azulejaria (FERNANDES, Francisco, 1990). Numa perspectiva de arte total, as encomendas surgiram logo após o término do templo, tendo aí trabalhado artistas como Ambrósio Coelho (talha), Manuel Gomes (pintura mural) e Policarpo de Oliveira Bernardes (azulejos). Se tanto a talha como a pintura mural de brutesco do tecto são de qualidade, a obra-prima deste imóvel é constituída pelo conjunto dos revestimentos azulejares historiados que reproduzem as Obras da Misericórdia num complexo esquema de distribuição espacial. A nave está totalmente forrada de azulejos em dois registos (BOTELHO, J.A., 2001). É monumento nacional desde 1010.

Denunciando há muito problemas estruturais de conservação ao nível da cúpula, que ameaçava derrocada devido a fracturas várias, foi encerrada em 2010 por questões de segurança. Em Junho de 2011 teve início a empreitada de conservação do imóvel que incluiu o reforço estrutural da cúpula, o restauro do programa decorativo interior, do claustro e capela da Senhora do Bom Despacho⁹. Os revestimentos azulejares contavam já com diversos restauros anteriores, em 1959 (substituição de azulejos inutilizados), em 1964 (obras de conservação e desmonte de painéis para limpeza), entre 1973-1980 (assentamento de réplicas de azulejos fabricados pela “Viúva Lamego”) e, por fim, em 1998 (intervenções pontuais de fixação de vidrados em destacamento), e encontravam-se provisoriamente protegidos por *facings*.

Pelo valor artístico do património a conservar, esta constituiu uma das intervenções de grande destaque ocorrida já em conjuntura de contracção económica. Para a realização deste objectivo a Misericórdia de Viana do Castelo assinou um protocolo com o município em Março de 2011, que terá facilitado a apresentação de uma candidatura dos trabalhos a financiamento do QREN – ON2 (Quadro de Referência Estratégico Nacional). A empreitada foi anunciada a público através de edital colocado à entrada do imóvel onde se indicavam, apenas, os valores a adjudicar ao restauro (877,000,00€), a compartição comunitária (613,900,00€) e o prazo a cumprir (Maio de 2013). A obra foi adjudicada pelo regime do ajuste

⁹ Não pretendemos fazer uma leitura crítica da intervenção uma vez que a igreja acaba de reabrir ao público.

directo, aplicável a obras de valor inferior a de cento e cinquenta mil euros ou ao fornecimento de bens e serviços abaixo dos setenta e cinco mil euros. Neste caso, a adjudicação por ajuste directo foi feita ao abrigo da excepção que a lei permite quando se tratam de projectos relacionados com o desenvolvimento local¹⁰.

Não pretendemos por em causa a necessidade ou qualidade da intervenção ou as empresas que a executaram, mas sim, debater o processo de adjudicação da obra, tratando-se, mais uma vez, de um imóvel classificado recuperado com dinheiros públicos (70%). Sabendo-se da impossibilidade do Estado para assumir a recuperação do imóvel, dados os constrangimentos financeiros impostos pela Troika (no âmbito da ajuda externa financeira a Portugal BCE/FMI e Comissão Europeia), a solução de recurso a fundos comunitários para recuperar um imóvel com grande impacto no turismo regional é louvável. Há muito que Viana e o país mereciam usufruir este património. Contudo, e pesem embora os factos positivos, o modelo de concessão da obra levanta algumas questões que importa analisar. Desde logo, é questionável o modo como as empresas terão sido seleccionadas para prestação de serviços, desde a fase de inspecção e diagnóstico à fase de execução do restauro. Obtivemos a informação de que a selecção foi efectuada com base num “concurso por convite” da responsabilidade do dono de obra, o que não se articula com financiamentos públicos. Por outro lado, esta não foi uma obra de estaleiro aberto, à semelhança de outras, não obstante algumas das empresas executoras¹¹ serem associadas do GECORPA. Durante o decurso da obra, para além de ser difícil a obtenção de informação sobre a mesma, persistiu um clima de absoluto secretismo, mesmo para os profissionais do ramo, nada saudável para a consolidação social do trabalho de conservação arquitectónica, tendo sido desperdiçada uma excelente oportunidade para envolver a comunidade em geral numa pedagogia patrimonial, e a científica, mais interessada nos problemas relacionados com o restauro. A preocupação com os utentes surgiu tardiamente (após a conclusão do restauro da igreja) e residiu na colocação de uma tela que reproduz a fachada em pedra do edifício principal¹², actualmente em restauro, apenas por se tratar de um dos pontos

10 O ajuste directo é aplicável até aos cinco milhões de euros no caso de projectos que agilizem a economia local ou que recorram a fundos comunitários. Trata-se, no entanto, de um regime de excepção temporário.

11 Referimo-nos à STAP – Reparação e Consolidação de Estruturas e à Monumenta-Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, Lda.

12 A fachada do antigo Hospital Velho constitui um ex-libris no contexto artístico nacional tratando do único exemplar do género. O avançado estado de degradação que atingiu, transforma-a num caso de estudo na área da conservação de pedra, a exigir um restauro modelar com recurso à ciência da conservação e a uma equipa multidisciplinar e qualificada. Trata-se da fachada com maior implantação na imagem urbana de Viana do

mais visitados da cidade. Porque não houve essa preocupação em relação ao restauro dos espaços interiores? Ainda hoje, se desconhecem as empresas que efectuaram os trabalhos, se foram cumpridos os requisitos previstos na lei sobre a coordenação e formação de equipas, se foram acompanhados ou fiscalizados pelo órgão competente da tutela e tudo o que se relaciona com relatórios da intervenção. Em Portugal não existe, ainda, o hábito de participação pública neste tipo de processos, e as entidades adjudicatárias e/ou gestoras tardam em aceitar uma mudança de hábitos. O impacto final de um restauro desta envergadura é enorme, tanto no público em geral como na comunidade de profissionais. O secretismo apenas abre caminho à especulação e à polémica. É lícito duvidarmos se foram escolhidas as empresas mais qualificadas, as melhores propostas ou as melhores metodologias (de execução/gestão), para um trabalho em património que é de todos, e que todos custeamos e desejamos fruir. Se algo correu mal, só o saberemos tardiamente, esperando poder responsabilizar os executantes. Em 2012, e chegados a este estágio de expansão do sector não podemos pactuar com a falta de transparência ou demitir-nos de pugnar pelo cumprimento dos princípios deontológicos da profissão, sob pena de não conseguirmos mudar mentalidades e consolidar a área da reabilitação patrimonial.

Conclusão

Da análise apresentada, vemos que são de natureza diversa as questões relacionadas com a conservação e reabilitação arquitectónicas. Contudo, critérios e metodologias apesar de enquadrados por paradigmas científicos e por linhas de conduta ética, não se dissociam dos contextos económicos, sociais e políticos que lhes estão subjacentes, dos valores intrínsecos ou extrínsecos que atribuímos ao património a conservar (e como Riegl se mantém actual!) e da comunicação que conseguimos, enquanto profissionais, estabelecer com a sociedade.

A comunidade de especialistas dedicados à Conservação, Reabilitação e ao Restauro cresceu exponencialmente e o país conta hoje com recursos humanos que podem catapultar a conservação e a reabilitação arquitectónicas, a ponto de a transformar numa actividade económica alternativa e com futuro. Há, no entanto, questões de fundo a resolver e desafios a acautelar a curto e médio prazo, que se interligam. Vivemos hoje um momento de profunda crise económica,

Castelo, e uma referência para todos os vianenses e visitantes do Alto Minho. O restauro pode conservá-la ou desvirtuá-la e esperamos que o dono de obra esteja consciente destes pressupostos, já que no mercado português, no momento, não são muitas as empresas verdadeiramente qualificadas para esta empreitada.

com uma total desvalorização da área cultural em detrimento de outras consideradas mais lucrativas, notando-se uma completa demissão do Estado pela preservação do património comum, e basta ver as denúncias públicas do estado iminente de ruína de alguns monumentos¹³, consultar a lista de Património em Perigo do ICOMOS ou ver os resultados da opção por determinadas políticas de “desenvolvimento”, que levam governos a desafiar a Unesco, e de que temos como mais recente e triste exemplo o da barragem do Tua.¹⁴ A polémica reestruturação do sector cultural do Estado efectuada pelo governo de centro direita de Pedro Passos Coelho na sequência do compromisso assumido com a Troika, não deixa lugar a dúvidas quanto à mudança de rumo implementada. A nova atitude perante o património ficou patente nas recentes declarações de Elísio Summavielle, curiosamente secretário de estado da cultura do anterior governo socialista de José Socrates, ao jornal Público¹⁵ e na qual, ostensivamente, declarou aberta uma espécie de “época de caça” ao património classificado, ao afirmar «*que não devemos recear encarar o património como um negócio*», sem contudo clarificar quais as linhas programáticas de acção que sua tutela pretende assumir no sector da conservação do edificado histórico. Assistimos a extinções e fusões de serviços e à criação de outros, justificadas pela necessidade absoluta de redução da despesa pública. As mudanças em curso estão dominadas pelo primado da economia, são estruturais e foram implementadas sem a devida discussão pública sobre a sua utilidade, ou uma avaliação de resultados das alterações introduzidas pelo anterior executivo socialista. Por outro lado, a grave situação de falências registada no sector da construção civil (entre o último trimestre de 2011 e o primeiro semestre de 2012), a par do mau estado de conservação do edificado urbano corrente, que começa a merecer a devida atenção de arquitectos e engenheiros civis¹⁶, pode potenciar o mercado de trabalho da área da

13 Este assunto foi particularmente debatido no *Simpósio Património em Construção. Contextos para a sua Preservação*, realizado no LNEC em Novembro de 2011, para comemorar os cem anos da Lei da Reorganização dos Serviços Artísticos e Arqueológicos da 1ª República e durante o qual foram apresentados alguns casos conjuntos monásticos em risco de derrocada. Consultar actas do evento.

14 O impacto da construção da barragem do Tua, contestada pelos ambientalistas da Quercus, levou o Comité de Património Mundial da Unesco a aconselhar um forte abrandamento da obra, estando em causa a manutenção da categoria de Património da Humanidade à zona do Alto Douro Vinhateiro. Não havendo ainda decisões da Unesco no momento em que redigimos este artigo, sabe-se, no entanto que a posição do actual Executivo pende para a continuidade do projecto da barragem, tendo mantido uma posição ambígua, já por um lado se comprometeu com abrandamento das obras, mas na realidade deu luz verde à sua continuidade a todo o vapor, como se comprova pelas denúncias veiculadas através da imprensa durante este Verão.

15 CANELAS, Lucinda – Não podemos ter medo de encarar o património como um negócio ”In *Público*, 8 de Agosto de 2012.

16 A realização do Seminário “Cuidar das Casas: a manutenção do património corrente”, em Fevereiro de 2011,

conservação e reabilitação, mas também aqui há que acautelar a instalação dos “patos bravos” não qualificados, que verão certamente nesta via, uma saída para a viabilização das suas antigas empresas de construção civil. Se a necessidade de qualificação profissional¹⁷ é premente, defendemos que a de requalificação para a reconversão deve ser encarada seriamente, partilhada e participada por todos quantos temos responsabilidades formativas e de opinião. Todos estes desafios interessam igualmente aos conservadores-restauradores, cujo estatuto profissional carece ainda de reconhecimento pleno e de consolidação¹⁸, embora o percurso para a maturidade seja inevitável.

Referências

A.A.V.V. - *Torre de Belém. Intervenção de Conservação Exterior*, Coord. Elena Charola, Col. Cadernos, 1ª ed., Lisboa, IPPAR, 2000.

A.A.V.V – *A Renovação do palácio do Freixo 1750-2003*, Porto, APOR, 2006.

AGUIAR, José - *Cor e Cidade Histórica. Estudos cromáticos e conservação do património*, Porto, FAUP, 2002.

ANTUNES, Fernando dos Santos - Conservação e Restauro: sector de actividade económica versus domínio científico – tecnológico- Uma realidade, uma ficção ou uma utopia?, IN: *Ge-Conservación* , nº 1, 2010, pp.37-57

BOTELHO, J. d'Alpuim – As representações das Obras da Misericórdia nos azulejos da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, I congresso das Misericórdias do Alto Minho, Viana do Castelo, 2001, pp.178-203.

BRANCO, Ricardo Lucas – Destruição e deturpação patrimonial em São Vicente de Fora, IN: *Pedra & Cal*, Ano XIII, nº 49, 2011, pp. 30-31.

Carta de Cracóvia, 26 de Outubro de 2000, Trad. (da versão espanhola) Elísio Summavielle e José Silva Passos.

CORDEIRO, José M. Lopes; Fernandes, César *et alli* – Museu da Ciência e

no Porto organizado pela FEUP, ICOMOS – Portugal, Ordem dos Engenheiros e apoiado pela CMP chamou à atenção para o problema e apontou algumas directrizes a seguir no curto prazo.

17 Há algum tempo que o Vítor Cóias defende a necessidade de certificação de empresas e profissionais. Consultar artigos de opinião em www.gecorpa.pt

18 Não é objectivo deste artigo debater os problemas e desafios intrínsecos dos conservadores-restauradores, que são vários. Voltaremos ao tema oportunamente noutra trabalho onde analisaremos o posicionamento destes profissionais no âmbito do mundo do restauro e reabilitação arquitectónicas.

Indústria: Programa Museológico, IN *Arqueologia Industrial*, Terceira Série, Vol I, Número 1-2, 1997, pp.47-88.

FERNANDES, José F. Carneiro – *Viana Monumental e Artística. Espaço urbano e património de Viana do Castelo*, Viana do Castelo, Edição do GDCENVC, 1990.

FERNANDES, José M.; JANEIRO, Ana – *Arquitectura no Algarve. Dos Primórdios à actualidade. Uma leitura de síntese*, Edição da CCDDR Alg e Edições Afrontamento, 2005.

ORTIGÃO, Ramalho – *O Culto da Arte em Portugal*, Lisboa, Esfera do Caos Editores Lda., 2006 (edição original de 1896 por António Maria Pereira).

RODRIGUES, J. Delgado - A Conservação do Património arquitectónico em Portugal no final do século XX. Será legítimo invocar um “efeito WMF?” In: *Actas do Simpósio Património em Construção. Contextos para a sua preservação*, Lisboa, LNEC, 2011, pp.191-198

SERRÃO, Vitor - Faltam técnicos capazes de encarar o Património como algo de vivo, integrado e interdisciplinar- Entrevista, IN: *Pedra & Cal*, Ano III, nº 9, GECORPA, 2001, pp. 14-16.

Nota biográfica

Eduarda Vieira - evieira@porto.ucp.pt

Doutorada em Conservação e Restauro do Património Histórico-Artístico pela Universidade Politécnica de Valência. Mestre em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico pela Universidade de Évora. Docente do Departamento de Arte, Conservação e Restauro da Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa- pólo regional do Porto. Coordenadora científica da área de Conservação de Bens Culturais do CITAR. Coordenadora do Mestrado em Conservação de Bens Culturais e da Pós Graduação em Conservação Preventiva da UCP. Tem dedicado a sua atenção à publicação de temas relacionados com a Conservação Arquitectónica e Artes Decorativas Aplicadas à Arquitectura.